

Estado Novo: Consolidando o Autoritarismo

Profa. Dra. Marly de Almeida Gomes Vianna¹

ANTECEDENTES

Não se pode falar do Estado Novo sem recuar até o movimento que ficou conhecido como Revolução de 1930. E para isso teremos que recuar de novo, até a crise que esgotou as possibilidades do país continuar baseando sua economia na monocultura do café.

O Brasil dos anos 20 era um país agrário. A produção industrial, já considerável, encontrava-se em estreita dependência da economia cafeeira, o que levava a que as oligarquias do café mantivessem o comando político da nação, com um revezamento na presidência da República dos dois maiores estados produtores: São Paulo e Minas Gerais.

O desenvolvimento industrial, a diversificação da produção agrícola e a crise do café brasileiro no mercado internacional levaram ao esgotamento do velho esquema econômico e político da Primeira República. Cresciam as cidades, fazendo com que novos setores, típicos do processo de urbanização (profissionais liberais, militares, estudantes), sem compromisso direto com as velhas oligarquias agrárias, passassem a participar da vida política. Aumentavam também o número e a representação sindical do movimento operário.

A diversificação da produção agrícola tornava economicamente importantes outros setores que, embora agrários ou agro-pecuários, não estavam vinculados ao esquema café - como era o caso do Rio Grande do Sul - e que passavam a reivindicar espaço na direção política do país. Ficava cada vez mais visível o esgotamento de uma economia baseada fundamentalmente na exportação de um só produto (o café), que perdia terreno no mercado internacional, pela concorrência de outros países que passaram a produzi-lo. Os

¹ Marly Vianna é doutora em História Social pela Universidade de São Paulo, professora aposentada da Universidade Federal de São Carlos, onde foi diretora do Arquivo de História Contemporânea e diretora-presidente da Fundação Pró-Memória da mesma cidade. Atualmente é professora de pós-graduação da Universidade Salgado de Oliveira (Rio de Janeiro), com concentração na História do Brasil República. Este texto foi apresentado no Encontro de Aprofundamento Temático realizado no dia 22 de setembro de 2012.

problemas no setor cafeeiro foram agravados com a quebra da bolsa de Nova York, que desencadeou a crise econômica mundial em outubro de 1929.

No plano político, a contestação à hegemonia das oligarquias do café manifestou-se por ocasião da sucessão presidencial de Washington Luiz. Este, quebrando o pacto do café com leite, preteriu o candidato “natural” a sucessão presidencial, o mineiro Antônio Carlos e insistiu na candidatura de outro paulista, Júlio Prestes. A oposição organizou-se na Aliança Liberal, formada pelas oligarquias estaduais dissidentes (Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba), pelo Partido Democrata Paulista e pelos tenentes lançou a candidatura do gaúcho Getúlio Dorneles Vargas, que contou com o apoio entusiasmado de amplos setores de camadas médias urbanas e a simpatia das classes trabalhadoras.

Nas eleições de março de 1930, mais uma vez o candidato do governo saiu vitorioso. Esse resultado levou o bloco da Aliança Liberal a articulações políticas que, com o papel decisivo dos tenentes, desembocaram num movimento armado em outubro daquele ano.

A Revolução de Outubro de 1930² não transformou a estrutura econômica do país, o que, aliás, não era o objetivo dos políticos da Aliança Liberal: seu desejo era apenas dividir o poder político, quebrando a hegemonia dos grupos cafeicultores paulistas. A revolução provocou um remanejamento político no poder, sem afastar dele as velhas oligarquias e sem tocar na estrutura fundiária do país. As mudanças ocorridas com a Revolução de 1930 foram limitadas e um maior desenvolvimento industrial abriu caminho em meio a muitos interesses contraditórios, com destacado papel Estado.

Os primeiros cinco anos da década de 30 foram palco de intensas lutas políticas. A classe operária e os novos grupos burgueses, assim como os setores médios urbanos, queriam participar das mudanças no poder que ocorriam no período pós-revolucionário. Apresentavam suas plataformas, políticas e/ou reivindicativas, propondo diferentes caminhos para alcançar seus objetivos.

A situação política internacional, com a ascensão do nazi-fascismo, levava à apologia dos governos fortes e o desprezo pela democracia liberal ganhava força no mundo. A queda da bolsa de Nova York provocara uma crise sem precedentes no sistema capitalista

² Utilizo o termo “revolução” pelo uso já tradicional que dele se faz. Na verdade tratou-se de um movimento armado vitorioso e não de uma revolução, pois não mudou a estrutura econômica do país.

mundial, deixando claro que a livre concorrência não assegurava o funcionamento do sistema capitalista e havia necessidade da intervenção do estado na economia. Como o liberalismo na política estava associado ao liberalismo na economia, começou-se a pensar que a democracia estava falida. O fascismo italiano e o nazismo alemão passaram a ser vistos com simpatia por muita gente como regimes salvadores que, além de tomar as rédeas da economia para vencer a crise mundial, anulavam a ação do movimento operário, cujas simpatias pelo socialismo eram evidentes.

No Brasil, o nazi-fascismo teve inúmeros adeptos na década de 30. Por todo o país organizavam-se grupos de extrema direita que se juntaram quase todos na Ação Integralista Brasileira (AIB), fundada a 07 de outubro de 1932, sob a liderança de Plínio Salgado. Os integralistas, que receberam grande adesão, inclusive de militares, apoiavam o governo provisório de Getúlio, do qual queriam participar. O próprio presidente Vargas era, naquela época, um simpatizante do fascismo. Ele rejeitava abertamente a democracia liberal e cercava-se de figuras conhecidas por suas posições de direita, como os generais Góis Monteiro, João Gomes, Pantaleão Pessoa, Eurico Gaspar Dutra e o famigerado chefe de polícia, Filinto Strubing Müller. O tempo passava sem a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte que levasse o país de volta à legalidade constitucional.

Nos primeiros anos do governo provisório, São Paulo foi o único estado a criar problemas para Getúlio. Em torno da palavra de ordem de volta à legalidade constitucional, o estado inteiro uniu-se para desencadear a Revolução Constitucionalista de 1932. Apesar de ter sido militarmente derrotado, o movimento obrigou Vargas a convocar uma Assembléia Nacional Constituinte, que começou seus trabalhos a 15 de novembro de 1933. A 16 de julho de 1934 promulgou-se a nova Constituição e no dia seguinte Getúlio Vargas foi eleito presidente, pelo voto indireto da imensa maioria dos congressistas.

Se não se pode afirmar que o golpe de novembro de 1937, que instaurou o Estado Novo, foi conseqüência inexorável do movimento de 1930, penso que um projeto autoritário de governo era previsível desde o início do movimento. Tal projeto tinha raízes na formação ideológica positivista e na prática política de Getúlio Vargas e dos políticos

riograndenses que o apoiaram, todos seguidores da Constituição castilhistas do Rio Grande do Sul, um primor de autoritarismo. Getúlio deixara clara sua opinião sobre a democracia quando declarou, na sessão de encerramento dos trabalhos da Assembléia Constituinte:

A Constituição enfraquece os elos da Federação; anula, em grande parte, a ação do Presidente da República, cerceando-lhe os meios imprescindíveis à manutenção da ordem e do desenvolvimento normal da administração; acoroça as Forças Armadas à prática do facciosismo partidário; subordina a coletividade, as massas proletárias e desprotegidas ao bel-prazer das empresas poderosas; coloca o indivíduo acima da comunhão.³

Os anos de 1934 e 1935 foram de intensas lutas políticas. Em agosto de 1934, realizou-se no Rio de Janeiro o I Congresso Nacional Contra a Guerra Imperialista e o Fascismo, reunindo cerca de 20 mil pessoas. A polícia atacou violentamente a reunião, deixando três mortos e muitos feridos. Em protesto, houve greve em vários pontos do país e as forças políticas que haviam organizado o Congresso começaram a se articular, formando em março de 1935 a maior frente popular pela democracia que o Brasil já conheceu: a Aliança Nacional Libertadora – ANL.

A ANL foi organizada pelos tenentes que haviam apoiado o Movimento de 1930 e que agora estavam desiludidos com o governo. A ela se juntaram partidos políticos, sindicatos, organizações femininas, culturais, estudantis, numerosos profissionais liberais e muitos militares. O Partido Comunista mostrou-se reticente, declarando que apoiava a Aliança mas não se juntaria a ela – o que só irá acontecer mais tarde.

A ANL foi lançada no dia 30 de março de 1935, num grande comício realizado no Teatro João Caetano, no Rio de Janeiro. Na ocasião, o então estudante Carlos Lacerda propôs o nome de Luiz Carlos Prestes para a presidência de honra da entidade, sugestão aceita com grande entusiasmo. Em menos de três meses e meio de vida, a ANL conseguiu organizar cerca de 1500 núcleos em todo o Brasil; só no Rio Janeiro havia mais de 50 mil aliancistas inscritos! Logo depois do lançamento da ANL, governo e integralistas se uniram para combatê-la e a 04 de abril foi promulgada a Lei de Segurança Nacional.

³ Discurso de Getúlio Vargas na Assembleia Nacional Constituinte, a 15 de julho de 1934. Arquivo Getúlio Vargas, CPDOD, FGV, Rio de Janeiro.

A tal ponto a luta estava acirrada que contemporâneos diziam que, em 1935, ou se era aliancista ou se era integralista.

O fato de inúmeros militares terem aderido à ANL assustou o governo, principalmente porque eles faziam questão de frisar seu caráter de revolucionários, de continuadores de uma revolução começada com a revolta do Forte de Copacabana, a 5 de julho de 1922 e que se estendeu pelos outros levantes de 1922, pela rebelião paulista de 5 de julho de 1924, comandada por Isidoro Dias Lopes, pela Coluna Prestes (final de 1924, fevereiro de 1927) e pelo movimento de 1930.

As provocações do governo contra a ANL aumentavam. A 26 de junho de 1953, o jornal *O Globo* anunciou a "descoberta de um plano subversivo" para implantar no Brasil um regime soviético, dizendo que o plano chegara diretamente de Moscou. Segundo o jornal, a "revolução vermelha" iria ser desencadeada no Brasil, no Uruguai e na Argentina. O comandante da Marinha, Herculino Cascardo, presidente nacional da Aliança Nacional Libertadora, ficou tão indignado com a provocação que desafiou o diretor do jornal *O Globo*, Roberto Marinho para um duelo.

Começaram a ser preparadas as comemorações em homenagem ao considerado dia dos tenentes, o 5 de julho. Prestes, como presidente de honra da Aliança e sem consultar sua direção - e nem mesmo a do partido comunista -, fez um discurso que terminava por pedir "Todo o poder à ANL!". Foi o pretexto usado por Vargas para fechar a organização, no dia 11 daquele mês.

Depois de fechada a Aliança, passaram a atuar nela principalmente os comunistas e os tenentes, que estavam inconformados com os rumos do governo Vargas, que ajudaram decisivamente a instalar. Foram eles que se levantaram no Rio de Janeiro, a 27 de novembro de 1935, no 3º Regimento de Infantaria e na Escola de Aviação Militar.

Três questões incomodavam Getúlio, naquele ano de 1935. A primeira era o medo de que os comunistas, em ampla frente na ANL com tenentes, profissionais liberais e intelectuais de peso, pudessem apresentar um programa consistente e de acordo com os interesses da classe operária, conseguindo mobilizá-la para a conquista do poder.

O segundo problema, o que mais preocupava Vargas, era a oposição que lhe faziam políticos paulistas e a aliança que se concretizava entre paulistas e gaúchos, que começavam a se opor a muitos dos que cercavam Vargas. Flores da Cunha, governador do Rio Grande do Sul e aliado de Vargas em 1930, exigiu que Getúlio demitisse o ministro da Justiça, Vicente Rao, o ministro da Guerra, João Gomes, e o chefe de polícia, Filinto Müller, ameaçando, caso não fosse atendido, unir-se às demais oposições ao governo e colocar toda a bancada gaúcha contra Vargas. Parecia que Getúlio não tinha saída, pois aumentavam os pedidos de *impeachment* do presidente. O desencadeamento dos levantes de 27 de novembro, no Rio de Janeiro, deram uma saída para Vargas, que usou exaustivamente o anticomunismo para unir em torno de seu governo os inimigos da véspera.

A terceira questão é que a Constituição recém-promulgada estabelecia quatro anos de mandato para a presidência, proibindo a reeleição e Vargas não tinha a menor intenção de deixar o governo. E essa questão ele resolveu, apelando novamente para provocações anticomunistas, com a decretação do Estado Novo, a 10 de novembro de 1937 – regime que durou até sua deposição, a 29 de outubro de 1945.

O ESTADO NOVO

Não pretendo aqui discutir o aspecto econômico do Estado Novo. Nesse sentido, como já se viu, estavam esgotadas as possibilidades de se manter uma economia baseada principalmente em um único produto de exportação. Outros setores se fortaleciam e, empurrada pelas circunstâncias – pela própria diversificação da economia do país e a crescente urbanização – a indústria foi se fortalecendo sem, contudo, ter condições de se opor ao monopólio da terra.

Já ocupando um lugar periférico na divisão internacional do trabalho - por nossa inserção tardia e dependente no sistema capitalista mundial -, o não enfrentamento da indústria brasileira com o monopólio da terra impediu a realização (até os dias de hoje) da reforma agrária, primeiro passo das grandes revoluções burguesas. Esses fatos consolidaram no país um capitalismo autoritário, discriminador e brutalmente repressor

das reivindicações da classe operária. Tínhamos, por um lado, a necessidade de acumulação de capital, dificultada pela dependência e pela não resolução do problema da terra; por outro lado, o projeto político autoritário de 1930. Tudo isso ajudou a consolidar, no Estado Novo, o autoritarismo no Brasil.

Durante o Estado Novo e, de certa forma, sem planejamento, construiu-se uma indústria de base que, de fato, elevou a um patamar mais alto a industrialização brasileira. Pode-se especular se Getúlio Vargas tinha em mente um desenvolvimento econômico autárquico do capitalismo brasileiro. De qualquer forma, era preciso um estado que

eliminasse os entraves à expansão econômica, um Estado tecnicamente eficaz, vale dizer, capaz de implementar diretrizes econômicas comprometidas com o fortalecimento do complexo urbano industrial, fornecendo à iniciativa privada o suporte necessário para a superação de suas próprias deficiências.⁴

O que quero colocar aqui é o projeto autoritário do governo, que se consolida em nome de avanços econômicos e da racionalização administrativa, que supostamente elevariam o Brasil à esfera de grande potência, a um Estado moderno.

Getúlio conseguiu, ancorado na tradição escravista, discriminatória e autoritária do Brasil – e de seu estado, o Rio Grande do Sul – consolidar seu poder promulgando leis que favoreciam a classe operária e manipulando o anticomunismo. Ao mesmo tempo em que reprimia brutalmente os setores mais avançados dos trabalhadores, que pleiteavam um desenvolvimento com democracia e independente do Estado, Getúlio, com suas leis trabalhistas, cooptou um movimento operário lutador, mas carente de praticamente qualquer direito trabalhista.

Estou de pleno acordo com a tese desenvolvida por Maria Luiza Tutti Carneiro,⁵ de que, com as derrotas da grande frente democrática de 1935, a ANL, e dos levantes armados de novembro daquele ano, que pretenderam levar ao poder a frente democrática, consolidou-se o autoritarismo no Brasil. A base da consolidação do

⁴ DINIZ, Eli. **Empresário, Estado e capitalismo no Brasil. 1930-1945**. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1978. p. 107.

⁵ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci, “O Estado Novo, o DOPS e a ideologia da segurança nacional”. In PANDOLFI, Dulce (org.), **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro, FGV, 1999.

autoritarismo foi o anticomunismo. Vargas já se aproveitara dos levantes de novembro de 1935 para fortalecer seu poder e intensificar a repressão. Antes do Estado Novo, no final de 1935, fora criada a Comissão de Repressão ao Comunismo e, em setembro de 1936, o Tribunal de Segurança Nacional.

A perseguição não só aos comunistas, mas aos considerados simpatizantes, aos liberais e aos democratas foi brutal, desde final de 1935. Na segunda metade de 1937 os comunistas que não foram mortos estavam presos ou dispersos e desorganizados. Vargas sabia disso. Seu grande problema era que as eleições, marcadas para março de 1938, se aproximavam. O paulista Armando de Salles Oliveira, franco favorito à presidência, estava longe de ser um democrata, mas disputava o poder dentro dos mecanismos liberais constitucionais. O problema é que Vargas não estava disposto a deixar o poder e para manter-se nele, recorreu outra vez ao anticomunismo.

Se os levantes de novembro de 1935 foram uma tragédia, o Plano Cohen foi uma das maiores farsas da história do Brasil. Já é demais conhecida a história do “plano”: fora encomendado pelos integralistas a um de seus membros, o então capitão Mourão Filho, que o datilografava no Ministério da Guerra. Quando seus superiores souberam dele, resolveram utilizá-lo como se fosse um maquiavélico plano dos comunistas - dirigidos por Moscou, é claro. Ninguém perguntou quem eram tais comunistas, uma vez que estavam quase todos presos, perseguidos, dispersos.

A 30 de setembro de 1937 o “plano” foi publicado com grande estardalhaço e serviu de pretexto para o golpe do Estado Novo, a 10 de novembro daquele ano. Cabe salientar, como prova de que já se tramava desde muito o golpe de estado, que naquele ano, as comemorações anticomunistas do aniversário da chamada “Intentona”, ao invés de se realizarem a 27 de novembro foram antecipadas para 22 de setembro... uma semana antes da publicação do Plano Cohen. Preparava-se o terreno para ele.

Getúlio Vargas começou por proibir os partidos e organizações políticas existentes, cuja fragilidade facilitou a empreitada. A rigor, só existiam no país dois partidos de âmbito nacional, o Partido Comunista do Brasil – PCB - (quase destruído depois de novembro de 1935) e a Ação Integralista Brasileira, que apoiou o golpe de 37, oferecendo-se para

participar do poder. Vargas dispensou a colaboração deles: era suficientemente forte para precisar de intermediários entre ele e a nação. Aliás, a direita brasileira procurou sempre identificar pluralismo e democracia política com baderna extremista.

Vargas tratou de liquidar também qualquer veleidade de autonomia estadual, cara aos liberais. Num ato representativo do novo poder ditatorial promoveu cerimônia pública em que as bandeiras dos estados foram queimadas.

Para manter a imagem de grande estadista, pai dos pobres e construtor de uma nação moderna Vargas utilizou não só a repressão violenta, mas de poderoso plano de propaganda. Para isso foi criado o Departamento de Imprensa e propaganda, o DIP, que passou a controlar todos os meios de comunicação e manifestações culturais. Qualquer manifestação contra o ditador e/ou contra o regime era censurada.

Repressão violenta e cooptação demagógica foi o binômio que, sempre cimentado pelo anticomunismo, solidificou o autoritarismo no Brasil.

VIOLÊNCIA E DEMAGOGIA

O uso da violência como instrumento de decisão política, passou para o primeiro plano, relegando os processos tradicionais de competição, e onde quer que se abra a perspectiva dessa luta, torna-se imprescindível reforçar a autoridade executiva, única, cujos métodos de ação podem evitar ou impedir que ele assuma a figura e as proporções da guerra civil.

Francisco Campos⁶

Fazendo parte da repressão, em um seu aspecto mais “suave”, o Estado ditatorial promoveu “o controle sistemático das massas, articulado através de um plano orgânico e racional, de cunho nacionalista”.⁷ Queimaram-se livros às centenas, ao mesmo tempo em que se falava da criação de um Brasil moderno e de um novo homem.

As prisões e as torturas não só aniquilaram centenas de militantes democratas como geraram um medo que se entranhava no cotidiano das pessoas – era nisso que o

⁶ CAMPOS, Francisco. **O Estado Nacional, sua estrutura, seu conteúdo ideológico**. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1940, p. 41. Cf. CANELLI, Elizabeth. **O mundo da violência. A polícia da era Vargas**. Brasília, Ed. da UNB, 1993, p. 17.

⁷ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci, op. cit., p.333.

governo apostava para domesticar o povo. Ao lado do medo, a propaganda manipuladora. Além da censura do DIP (dirigido por Lourival Fontes), havia toda a propaganda, típica do nazismo, dirigida à juventude e exaltando-a. Nesse sentido o incentivo à Educação Física foi fundamental para práticas disciplinares. Para isso muito serviram cerimônias cívicas, sendo criado todo um calendário de comemorações.⁸ Uma das mais importantes foi a “Parada da Raça”, que reunia jovens estudantes desde a escola primária para um desfile civil, pouco antes do 7 de setembro.

O civismo incentivado nas escolas era uma apologia ao Estado Novo e a Vargas. Sobre este, eram distribuídos entre as crianças livros com a biografia de Vargas, retratado como um herói das histórias em quadrinhos. Vargas era o herói que protegia o povo dos malefícios e do perigo comunista, e isso também justificava o controle policial e a repressão.

Pare que se tenha uma pequena idéia do caráter da propaganda cito o título de alguns artigos da revista do DIP **Estudos e conferências**. Alguns números foram inteiramente dedicados à juventude e a importância da Educação Física, como os de dezembro de 1941 e fevereiro de 1942. Mas a tônica era a louvação a Getúlio Vargas. Vejamos alguns exemplos. Artigo no número de julho de 1941, de autoria de Monte Arraes, falava de “Getúlio Vargas, nosso maior reformador político”. O número de agosto de 1941 foi todo ele dedicado ao ditador: “A significação de Getúlio Vargas” (por Alexandre Marcondes Filho); “Getúlio Vargas e a nova inteligência do Brasil” (por Cassiano Ricardo); “Exaltemos o presidente Getúlio Vargas (por Mário Mello); “O grande chefe” (por Firmino Paz); “A tranquilidade brasileira no panorama da angústia mundial” (por J.S. Maciel Filho).

No número de maio de 1942 destaco: “O presidente Getúlio Vargas e o Brasil de após 30” (Epitácio Pessoa Cavalcanti de Albuquerque); “O presidente Getúlio Vargas e o ressurgimento da Amazônia” (por Leopoldo Perez). “Getúlio Vargas através de suas virtudes cívicas” (por Jorge Azevedo); “A Getúlio Vargas, a mocidade agradecida” (por

⁸ Sobre o tema ver PARADA, Maurício, **Educando corpos e criando a nação. Cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo**. Rio de Janeiro, Ed, PUC-Rio: Apicuri, 2009.

Eveir Correia de Mello). Isso para citar alguns dos artigos que louvavam diretamente o presidente.

FALTA ALGUÉM EM NUREMBERG

Esse o título do livro em que o repórter David Nasser narra as torturas da polícia de Filinto Müller, que eram de pleno conhecimento de Getúlio Vargas.⁹ Segundo Elizabeth Cancelli, o aparelho policial do governo Vargas vinha sendo cuidadosamente montado desde 1933¹⁰, sendo que já em 1931 Batista Luzardo trouxera técnicos policiais de Nova York “para organizar o serviço de combate ao comunismo da polícia do Distrito Federal”.¹¹ E logo depois da derrota das insurreições de novembro de 1935 começaram as negociações para efetivar a colaboração da polícia brasileira com a Gestapo,¹² o que não impediu que membros da famigerada polícia nazista estivessem presentes na prisão de Harry Berger e começado a torturá-lo ainda no carro que o levava à prisão – e à loucura.¹³

O delegado especial de Polícia, o capitão Afonso Henrique Miranda Correa recebeu de Heinrich Himler, líder das SS e chefe de Polícia do III Reich, um dos maiores criminosos de guerra nazistas, a ordem de Primeira Classe da Cruz Vermelha.¹⁴

CONCLUINDO

Dei a essa resumida exposição o título de “consolidando o autoritarismo”. Isso significa que o autoritarismo não era novidade em nossa sociedade. Passamos 400 anos tratando outros seres humanos como se fossem bichos (semoventes). Uma sociedade desde sempre discriminadora, elitista e conseqüentemente altamente repressora. Os exemplos disso são inúmeros e seria longo citá-los. Depois da escravidão a classe operária

⁹ NASSER, Davi. **Falta alguém em Nuremberg. Torturas da Polícia de Filinto Strubling Müller**. Rio de Janeiro, Edições O Cruzeiro, 4ª ed. de 1966.

¹⁰ CANCELLI, Elizabeth. Op. cit. P. 50

¹¹ Idem, p. 83.

¹² Idem, p. 87.

¹³ Harry Berger, cujo verdadeiro nome era Artur Ewert, era um comunista alemão que viera para o Brasil em 1935, para assessorar o PCB. Preso em dezembro daquele ano, foi tão barbaramente torturado que enlouqueceu. O advogado Sobral Pinto, que o defendia, pediu para ele os direitos da lei de proteção aos animais.

¹⁴ CANCELLI, Elizabeth. Op. cit. P. 90.

foi tratada como grupo inferior – os pés e os braços que serviam a elite no poder, os cérebros. As tentativas não só de subverter a ordem vigente, mas de conseguir melhorias no nível de vida e nas condições de trabalho foram sempre brutalmente reprimidas. O que fez o Estado Novo foi consolidar maneiras de pensar e de atuar dos donos do poder, agora cooptando boa parte das classes subalternas para a aceitação da ideologia dominante. E os grupos democráticos que tentavam mudar a situação não foram capazes de criar uma contra-ideologia que chegasse ao coração das massas.

A repressão e a propaganda fizeram com que qualquer manifestação contrária ao governo, qualquer crítica ao presidente-ditador fosse considerada solerte trama comunista, de traidores da pátria a serviço de Moscou.

Vargas foi deposto a 29 de outubro de 1945. Se por um lado era difícil de manter o Estado Novo depois da participação do Brasil na guerra em defesa da democracia, o ambiente de distensão política e de práticas democráticas durou pouco. O discurso de Winston Churchill em 5 de março de 1946, em Fulton (quando cunhou o termo “cortina de ferro”), deu início à guerra fria e em pouco tempo o partido comunista - que havia obtido 10% da votação nacional nas eleições de dezembro de 1945 – foi colocado fora da lei e em maio de 1947 cassados os mandatos de seus parlamentares.

A utilização da propaganda anticomunista foi tão forte que nem o governo JK, considerado um oásis de democracia e nem o de Jango foram capazes de legalizar o PCB. O golpe militar de 1964 utilizou a mesma surrada propaganda anticomunista, solidificada com o Estado Novo.

A legislação trabalhista varguista, atrelando o movimento operário e sindical ao Ministério do Trabalho não ajudou no prosseguimento das lutas democráticas. Temos hoje o país com maiores diferenças sociais. Em nenhum outro lugar do mundo a distância entre pobres e ricos é tão grande. Os últimos dados do IBGE dizem que 36,7% da população trabalhadora do Brasil ganha até dois salários mínimos. Talvez essa seja a maior discriminação repressora de nossa sociedade. Para isso contribui a eficácia da propaganda e a manipulação do anticomunismo durante o Estado Novo. O Estado Novo justificou e, pior, banalizou as práticas violentas e desumanas, do que padecemos até hoje.

Sugestões de leitura

BORGES, Vavi Pacheco. **Getúlio Vargas e a Oligarquia Paulista**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

CANCELLI, Elizabeth. **Mundo da violência. A polícia da era Vargas**. Brasília: Ed. da UNB, 1993.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O anti-semitismo na era Vargas - 1930/1945**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Cidadão do mundo. O Brasil diante do holocausto e dos judeus refugiados do nazifascismo (1933-1948)**. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2010.

CARONE, Edgar. **A República Nova - 1930-1937**. São Paulo: DIFEL, 1976.

CARONE, Edgar. **A Segunda República, 1930-1937**. São Paulo: DIFEL, 1978.

CARONE, Edgar. **A Terceira República - 1937-1945**. São Paulo: DIFEL, 1976.

CARONE, Edgar. **Brasil, anos de crise. 1930-1945**. São Paulo: Ática, 1991.

CASTRO, J. **As Instituições Para-Estatais no Estado Novo**. Rio de Janeiro: Cia. Carioca de Artes Gráficas, 1939.

COUTINHO, Lourival. **O General Góis depõe**. Rio de Janeiro: Coelho Branco, 1955.

DINIS, Eli. **Empresário, Estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

DIP: **Estudos e Conferências**. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa e propaganda, 1941-1942.

DULLES, Foster. **Getúlio Vargas: biografia política**. Rio de Janeiro: Renes, 1967.

DULLES, Foster. **Sobral Pinto, a consciência do Brasil. A cruzada contra o regime Vargas – 1930-1945**. [Tradução de Flávia Mendonça Araripe]. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**. São Paulo: Brasiliense, 1970.

FAUSTO, Boris. **Getúlio Vargas**. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

FERREIRA, Jorge (Org). **As repúblicas no Brasil. Política, sociedade e cultura.** Niterói: Ed. da UFF, 2011.

FIGUEIREDO, L. (Org). **Os militares e a revolução de 1930.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GAMBINI, R. **O Duplo Jogo de Vargas.** São Paulo: Símbolo, 1977.

GOMES, Ângela Maria de Castro *et al.* **Regionalismo e Centralização Política.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

HENRIQUES, Afonso. **Ascensão e Queda de Getúlio Vargas.** Rio de Janeiro: Record, 1966. 4 volumes.

HILTON, Stanley. **Suástica sobre o Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

HILTON, Stanley. **A Guerra Secreta de Hitler no Brasil.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

LAUERHAS JR. **Getúlio Vargas e o Triunfo do Nacionalismo Brasileiro.** Belo Horizonte: Itatiaia. São Paulo: EDUSP, 1986.

LIMA Sobrinho, Barbosa. **A Verdade sobre a Revolução de Outubro de 1930.** São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

LIMA, Valentina da Rocha (Coord.). **Getúlio, uma História Oral.** Rio de Janeiro: Record, 1986.

LIRA NETO. **Getúlio, 1882-1930.** São Paulo: Cia. das letras, 2012.

MAFFEI, Eduardo. **A Batalha da Praça da Sé.** Rio de Janeiro: Philiobliblion, 1984.

MANGABEIRA, Francisco. **João Mangabeira: República e socialismo no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

MEIRELLES, Domingos. **1930, os órfãos da Revolução.** Rio de Janeiro: Record, 2005.

MUYLAERT, R. **1943 – Roosevelt e Vargas em Natal.** São Paulo: Bússola, 2012.

NASSER, David. **Falta Alguém em Nuremberg.** Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1966.

OLIVEIRA, Lúcia L. *et al.* **Estado Novo, Ideologia e Poder.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

PANDOLFI, Dulce. **Da Revolução de 1930 ao Golpe de 1937: a depuração das elites**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1987.

PANDOLFI, Dulce (org.) **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

PARADA, Maurício. **Educando corpos e criando a nação – cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estão Novo**. Rio de Janeiro: Apicuri/PUC, 2009.

PERAZZO, P. F. **Prisioneiros da guerra. Os “súditos do Eixo” nos campos de concentração brasileiros (1942-1945)**. São Paulo: HUMANITAS, Imprensa Oficial, FAPESP, 2009.

RAMOS, P. A. **Os Partidos Paulistas e Estado Novo**. Petrópolis: Vozes, 1980.

SCHWARTZMAN, Simon (Org). **Estado Novo, um auto-retrato** (Arquivo Gustavo Capanema). Brasília: CEPEDOC/FGV, Ed da UNB, 1983.

SEITENFUS, R. **O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos: 1930-42**. São Paulo: Nacional; Brasília, INL/FNPM. 1985.

SILVA, A. **A filosofia do Estado Novo**. Rio de Janeiro: e/ed. 1939.

SILVA, Helio. **Vargas**. Porto Alegre: LP&M, 1980.

SILVA, Helio. **1930: A Revolução Traída**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

SILVA, Helio. **1931: Os Tenentes no Poder**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SILVA, Helio. **1932: A Guerra Paulista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, CB, 1968.

SILVA, Helio. **1934: A Constituinte**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

SILVA, Helio. **1937: Todos os Golpes se Parecem**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

SILVA, Helio. **Véspera de Guerra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

SILVA, Helio. **O Brasil na Guerra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

SILVA, Helio. **A ameaça vermelha: o plano Cohen**. Porto Alegre: LP&M, 1980.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Memórias de Um Soldado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

TOTA, A.P. **O Estado Novo**. São Paulo: Brasiliense, 5ª ed., 1994. Tudo é História n. 114.

TOTA, A.P. **O imperialismo sedutor - A americanização do Brasil na época da segunda guerra**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

VARGAS, Getúlio. **As Diretrizes da Nova Política Brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1942.

VIANNA, Marly de A. G. **Política e rebelião nos anos 30**. São Paulo: Moderna, 1995.

VIANNA, Marly de A. G. **Revolucionários de 1935, sonho e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2011, 3ª edição.

WAHRLICH, Beatriz S. **Reforma Administrativa na Era de Vargas**. Rio de Janeiro: FGV, 1983.

WERTH, J. D. **A política do desenvolvimento na era de Vargas**. Rio de Janeiro: FGV, 1973.